O Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII)

Roquinaldo Ferreira

Introdução

Em 1672, tropas que lutavam em nome do governo de Luanda alcançaram um objetivo militar que alterou a geopolítica da África Central. Depois de prolongado cerco, derrotaram forças do reino do Ndongo e instalaram um presídio na capital do reino Mbundu.[1] Ao expandir os limites territoriais sob controle português, a vitória alterou a correlação de forças no *hinterland* de Luanda. Em Lisboa, o sucesso repercutiu quase de imediato entre os estrategistas do Conselho Ultramarino – boa parte deles ex-governadores no Brasil, África e Ásia. Na opinião de Salvador Correia de Sá, ex-governador do Rio de Janeiro e de Angola que comandou as tropas que expulsaram os holandeses de Angola em 1648, havia poucas dúvidas sobre o porquê do exuberante sucesso militar. Segundo o ex-

Nota: Roquinaldo Ferreira é professor do Departamento de História da Universidade da Virginia.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 39, janeiro-junho de 2007, p. 3-23.

perimentado comandante, o triunfo só fora possível devido ao reforço de tropas enviado do Brasil.[2]

A influência de fatores externos – principalmente armas de fogo e pólvora – nas guerras africanas é um pomo de discórdia entre especialistas em história da África. Na Costa do Ouro, o estudo clássico de Ray Kea sugere que a introdução de armamentos europeus provocou mudanças substanciais nas estruturas de poder locais, levando a um processo de centralização política que teria beneficiado elites mercantis que emergiam a partir do comércio atlântico (Kea, 1982; Smallwood, 2007). Na Costa dos Escravos, segundo Robin Law (2000), os efeitos da introdução de produtos bélicos europeus teriam sido semelhantes. Em Angola, contudo, o quadro teria sido significativamente diferente. Na visão de John Thornton (1982), por causa do reduzido impacto da tecnologia de guerra européia, os portugueses foram forçados a adotar elementos das estratégias de guerra africanas.

O objetivo deste texto é demonstrar que o constante envio de cavalos e tropas "brasileiras" teve peso significativo nas estratégias militares em Angola. Para tanto, faz-se primeiro uma análise do sempre problemático recrutamento – em Angola – de soldados para as forças regulares que lutavam em prol do governo de Luanda. O texto constata uma correlação direta entre a expedição de tropas "brasileiras" – vistas como mais aptas a resistir ao ambiente epidemiológico africano – e algumas das batalhas mais importantes dos séculos XVII e XVIII. Além do envio de soldados e recrutas, examina-se o contínuo fluxo de cavalos "brasileiros" e seu uso nas guerras angolanas. Após analisar versões da época a respeito do suposto pânico dos africanos em relação a esses animais, argumenta-se que o uso contínuo de cavalos tinha relação com as funções militares da *guerra preta* – a parte mais importante e substancial dos exércitos governamentais.

Recrutamento e mortalidade

No século XVII, as políticas de defesa do governo de Luanda previam o destacamento de cerca de mil soldados nas *tropas regulares* em Luanda, Benguela e presídios do interior – Muxima, Mbaka, Massangano, Kambambe e Mpungu a Ndongo.[3] Em tempos de guerra, o grosso das tropas era formado por soldados de forças irregulares locais (*guerra preta*), cujo recrutamento dependia de alianças com soberanos africanos. Em tempos de paz, no entanto, o pilar central do nem sempre confiável sistema de defesa português era constituído por tropas regulares. Delas fazia parte um conjunto heterogêneo de indivíduos, incluindo desde soldados profissionais africanos, "brasileiros" e europeus até degredados sem nenhum treinamento militar trazidos do Brasil e de Portugal.[4]

De forma geral, havia uma dificuldade crônica para manter o número de soldados das tropas regulares nos níveis adequados. Além daqueles vindos de Portugal e do Brasil, as tropas eram formadas pelos poucos soldados que a administração de Luanda conseguia recrutar na cidade – onde o pequeno tamanho da população impedia campanhas de recrutamento eficazes.[5] Na maior parte das vezes, somente indivíduos sem as devidas conexões políticas – na prática ineptos para o serviço militar – eram recrutados.[6] Muitos outros eram adolescentes, vários abaixo da idade mínima – 16 anos – para o serviço militar.[7] Depois de uma campanha de recrutamento em 1760, por exemplo, descobriu-se que metade dos novos recrutas eram menores de 13 anos.[8] No final do século XVIII, manifestando desagrado com a prática, o governador de Angola declarou: "Mandei estranhar o abuso praticado em Benguela de se acharem alistadas crianças que não podiam prestar serviço nas tropas pagas da guarnição de São Felipe [de Benguela]".[9]

As dificuldades crônicas levaram a tentativas – todas frustradas – de aumentar o serviço voluntário de estrangeiros – portugueses e "brasileiros". Uma das propostas, aparentemente nunca de fato implementada, previa a concessão de mercês reais para voluntários "brasileiros" que se dispusessem a lutar nas guerras angolanas.[10] Também para aumentar o número de voluntários, cogitou-se limitar o serviço militar em Angola a seis anos. Desta forma, seria eliminada uma das principais queixas dos soldados estrangeiros, que diziam não conseguir baixa nem sequer quando caíam gravemente doentes.[11] Mais tarde, e certamente para incentivar o serviço voluntário, o recém-nomeado governador Luiz Lobo Silva propôs, antes mesmo de viajar de Lisboa para Luanda, que o serviço militar fosse definitivamente limitado a quatro anos. Porém, a proposta foi abandonada após forte resistência no Conselho Ultramarino.[12] Assim, não surpreende que somente um soldado voluntário tenha ido para Angola na escolta do governador Gonçalo Costa Menezes, em 1685.[13]

Além dos problemas para recrutar em Angola ou em Portugal, o número inadequado de soldados nas tropas regulares derivava da alta taxa de mortalidade entre europeus. Como demonstrado pelos exemplos abaixo, este era um problema crônico desde o início da presença portuguesa em Angola. Numa das campanhas do final do século XVI, por exemplo, quando os portugueses estabeleceram um enclave que se estendia da zona costeira ao longo do rio Kwanza, quase metade do contingente militar europeu adoeceu após apenas três dias no campo de batalha (Birmingham, 1966: 53 e 87; Dias, 1933: 50 e 62; Heintze, 1985: 295). Mais tarde, constatou-se que dois terços dos postos militares que deveriam ser ocupados por europeus estavam vagos em virtude de doenças.[14] Em 1704, diante da alta taxa de mortalidade, chegou-se ao ponto de dizer que não fazia sentido o

envio de tropas de Portugal para Angola.[15] No entanto, como os governadores dependiam dos soldados europeus para reafirmar seu poder, não havia como prescindir deles, apesar da pouca resistência a doenças de clima tropical. Em 1749, mais da metade dos soldados trazidos pelo governador Lavradio faleceram após poucos meses em Luanda.[16] Diante de tal quadro, não surpreende que o historiador e militar Elias Alexandre da Silva Corrêa, morador de Luanda no final do século XVIII, tenha dito que, se fossem formadas apenas por europeus, não demoraria mais do que seis meses para que as tropas regulares estivessem completamente extintas (Corrêa, 1937, vol. 1: 71).

Recrutas "brasileiros"

Apesar de também incluir uma minoria formada por soldados profissionais, o grosso dos recrutas estrangeiros (seja de Portugal ou do Brasil) eram degredados enviados para Angola devido a "crimes" e motivos religiosos. Vistos como altamente perigosos, tinham em grande parte cometido crimes relativamente menores (Coates, 2001: 82). Entre 1714 e 1719, por exemplo, dos aproximadamente 243 degredados aportados em Luanda, cerca de 40% vieram do Brasil – principalmente da Bahia e de Pernambuco.[17] Mais tarde, estimativas oficiais davam conta de que degredados vindos do Brasil formavam o grosso da tropa de artilharia em Luanda.[18] No final do século XVII, eram degredados – não se sabe se vindos do Brasil ou de Portugal – cinco dos oficiais de infantaria em Luanda.[19]

A alta mortalidade dos soldados europeus contribuiu para a crença de que recrutas vindos do Brasil ou de outras regiões de clima tropical – São Tomé, por exemplo, de onde soldados foram também trazidos – teriam melhores condições de adaptação ao ambiente climático e epidemiológico angolano. Objeto de grande estima por parte das autoridades, estes recrutas eram denominados *baqueanos*.[20] Sua importância pode ser medida por ordens expedidas no início do século XVIII, que previam que apenas baqueanos fossem nomeados para postos-chave na alta hierarquia militar, em caso de guerra.[21] Dos soldados oriundos de Portugal, acreditava-se que apenas aqueles vindos do Alentejo e Algarve – regiões de clima ameno do sul de Portugal, mas onde as baixas densidades populacionais dificultavam recrutamento – conseguiam se adaptar a Angola.[22] Nos registros de batismo da paróquia de Remédios, em Luanda, há evidências que parecem confirmar as dificuldades para recrutar soldados no sul de Portugal. Entre 1720 e 1736, 90% dos indivíduos que batizavam crianças eram oriundos de regiões do centro e norte de Portugal. Apenas 10% eram alentejanos e algarvianos.[23]

A suposta resistência epidemiológica dos recrutas do Brasil esteve na base de diversos pedidos de tropa, como demonstrado pelos vários exemplos mencionados a seguir. Nas batalhas que permitiram aos portugueses estabelecer os primeiros presídios no *hinterland* de Luanda, ainda no final do século XVI, o reforço seria principalmente de mamelucos, cuja resistência ao clima tropical seria inata por terem nascido no Brasil (Brásio, 1952-1988, vol. 4: 485-493). Na década de 1650, antes mesmo de partir para Angola, o recém-nomeado governador André Vidal de Negreiros pediu para levar duzentos soldados "dos mais baqueanos e práticos da guerra, a quem o clima de Angola menos ofenda com a doença que é certa nos que vão deste reino [Portugal] e menos arriscada nos que vão de Pernambuco".[24] Mais tarde, depois do perecimento em apenas quatro meses de metade de um contingente militar recentemente chegado da Europa, autoridades angolanas argumentaram abertamente que, devido a semelhanças climáticas, as tropas "brasileiras" eram as mais apropriadas para servir em Angola.[25]

Mas, além do argumento biológico, a questão também tinha relação com a nomeação como governadores de Angola de indivíduos que haviam ocupado cargos de governança no Brasil. Pelos menos dois governadores, João Fernandes Vieira e André Vidal Negreiros – que tinham sido governadores de Pernambuco –, pareciam entender que fazia sentido empregar em Angola estratégias militares e tropas que já tinham sido testadas com sucesso no Brasil. Em 1662, por exemplo, o recém-empossado Vieira criou em Luanda duas companhias formadas por soldados "brasileiros".[26] Negreiros, por sua vez, depois de chegar a Luanda escoltado por duzentos soldados de Pernambuco, se valeu de temores a respeito de possíveis invasões estrangeiras – de holandeses, e mesmo espanhóis – para solicitar um número ainda maior de soldados do Brasil.[27]

Os pedidos de reforço militar de Negreiros levaram ao envio de mais de setecentos soldados para Luanda – cem deles vieram de Lisboa, mas o grosso era oriundo da Bahia e Pernambuco.[28] Cerca de metade deste contingente lutou na batalha de Mbwila contra o rei do Kongo, e parece ter cumprido papel vital na vitória portuguesa.[29] Tropas "brasileiras" também foram empregadas quando o governo de Luanda foi ameaçado pela emergência de líderes hostis no reino da Matamba, na década de 1670. Estava em jogo o controle das rotas internas que abasteciam Luanda de escravos, o que forçou o governo colonial a tomar partido numa crise sucessória que contrapunha Ngola Kanini, um aliado português, a Njinga Amona, um antigo general do exército da rainha Njinga (Birmingham, 1966: 125; Thornton, 1991: 33 e 39; Cadornega, 1940, vol. 2: 265 e 285; Corrêa, 1937, vol. 1: 290). Para iniciar a campanha militar contra as tropas da Matamba, no entanto, foi preciso aguardar a chegada de quatrocentos soldados do Brasil.[30] Nesta campanha militar, que durou 11 meses, as tropas do Brasil parecem ter

cumprido um papel importante ao lançar um ataque com arcabuzes que obrigou as forças do Ndongo a buscar refúgio na montanha de Mpungu a Ndongo (Corrêa, 1937, vol. 1: 292). Encurraladas por soldados que montavam cavalos trazidos do Brasil, as forças do Ndongo não puderam receber apoio logístico dos seus aliados da Matamba (Cadornega, 1940, vol. 2: 311-312; Birmingham, 1966: 125-126).

Mais tarde, tropas "brasileiras" vieram em socorro do governo de Luanda quando este sofreu uma derrota acachapante na Matamba, em 1681. Neste episódio, a crise foi iniciada quando um jaga (líder) de Kasanje (Kitamba Kaita), que tinha apoio do governo de Luanda, foi derrubado por famílias rivais do Bondo, que tinham se fortalecido traficando escravos com negociantes de Luanda. Apesar de os súditos do Bondo terem tido êxito na disputa de poder com a "aristocracia" tradicional de Kasanje, os custos da crise foram altíssimos. Em primeiro lugar, houve vários distúrbios e pilhagens no interior, ocasionando uma paralisação do comércio que gerou pesadas perdas tanto para Kasanje quanto para os negociantes de Luanda. Incapaz de unificar o reino de Kasanje, a facção do Bondo buscou apoio do rei da Matamba (Ngola Kanini) para consolidar seu poder (Corrêa, 1937, vol. 1: 301). Neste rearranjo de forças, criou-se um claro contraponto ao poder do governo de Luanda, que reagiu enviando uma expedição militar para punir Kanini. Mas esta expedição terminou sendo derrotada em Mbaka, em 1681.[31] Na seqüência desta batalha, com suas forças bastante diminuídas, o governo de Luanda enviou dois navios para buscar recrutas no Brasil.[32]

Além do ciclo de operações militares no *hinterland* de Luanda, a assistência militar "brasileira" parece ter cumprido um papel vital no ciclo de guerras que levou ao florescimento do tráfico de escravos no sul de Angola (Benguela). No final do século XVII, os embarques de escravos em Benguela eram feitos primeiro para Luanda, onde os navios negreiros faziam escala antes de cruzar o Atlântico. Na década de 1730, contudo, a escala em Luanda acabou, e os navios começaram a seguir direto para o Brasil. Inaugurava-se, assim, uma terceira "rota" do tráfico angolano de escravos, por onde aproximadamente quinhentas mil pessoas seriam embarcadas para as Américas – principalmente para o Brasil. Por trás desta importante transformação, estavam guerras nas regiões entre Kakonda e Benguela, que não eram *stricto sensu* para capturar escravos, e sim para criar as condições geopolíticas que permitiriam o crescimento das redes internas do comércio de escravos.

Neste caso, o "socorro brasileiro" se tornou necessário devido a vários contratempos que o recém-nomeado governador Paulo Caetano de Albuquerque enfrentou na viagem para Angola. Primeiro, os navios da frota do governador não puderam fazer escala na Ilha da Madeira, onde tradicionalmente se re-

crutavam soldados para Angola. Para piorar a situação, doenças dizimaram boa parte das poucas tropas a bordo, impedindo o reforço da guarnição de Benguela, onde o governador fez escala no caminho para Luanda.[33] No final, apenas 60 recrutas – muitos deles crianças de apenas nove anos – chegaram vivos a Luanda.[34]

Na tentativa de mitigar o problema, o governador tentou – em vão, diante da oposição dos moradores – recrutar soldados na cidade.[35] Para resolver o impasse, Lisboa ordenou o envio para Angola de "marginais" recrutados em Pernambuco.[36] No meio tempo, contudo, notícias davam conta de que vitórias contra chefes africanos em Kakonda tinham contribuído para o aumento do número de cativos.[37] Mas o número de soldados era tão baixo que pelo menos uma vez navios negreiros aportados em Benguela foram atingidos por ataques de africanos. Assim, para reforçar as tropas que lutavam naquela região, Lisboa ordenou que todos os navios originários de Pernambuco trouxessem para Luanda entre oito e dez recrutas.[38] Neste esforço de guerra, especificamente relacionado aos conflitos no sul de Angola, o número de soldados cresceu significativamente entre 1727 e 1730.[39] Em 1730, por exemplo, além de 130 soldados do destacamento militar de Benguela, existiam 200 soldados no interior.[40] Além dos recrutas de Pernambuco, o governo de Luanda enviou navios ao Brasil para buscar mais soldados.[41]

Mas qual teria sido o impacto das tropas "brasileiras" nas batalhas mencionadas acima? Por um lado, tais forças não podiam ser comparadas ao número muito maior de soldados da *guerra preta*, que na prática se incumbiam das funções mais importantes nos campos de batalha. Na essência, a importância dos soldados estrangeiros tinha menos a ver com seus números do que com as funções que desempenhavam nos campos de batalha. Em geral, vinham na retaguarda das forças "coloniais", proporcionando cobertura armada para as forças avançadas da *guerra preta* (Montecúccolo, 1965: 252). Neste papel, lutavam com equipamento já testado nas guerras "brasileiras" e que comprovadamente se adaptava melhor às condições de Angola. Na batalha de Mbwila, em 1665, por exemplo, foram usadas pistolas de curta distância, mais leves e duráveis que os tradicionais mosquetões usados pelas forças portuguesas e africanas.[42] Em 1674, a coroa portuguesa recomendou especificamente que fossem usados coletes especiais, que já tinham sido usados com sucesso por forças portuguesas no Brasil.[43]

Cavalos do Brasil

Na base do uso militar de cavalos, que será analisado na seção seguinte, estava o transporte destes animais para Angola. E aqui Angola difere do caso da Senegâmbia, onde os portugueses trouxeram cavalos principalmente do norte da África desde o final do século XV (Law, 1980: 11, 49, 53, 125 e 178; Webb, 1993:

223 e 226; Elbl, 1991: 99). Em Angola, o começo das importações data do século XVI, tendo sido pré-requisito para a concessão de uma donatária ao primeiro governador de Angola. Nas primeiras décadas da presença portuguesa, os animais eram trazidos de Cabo Verde, Espanha, Argentina e Itália (Brásio, 1952-1988, vol. 4: 77-81, 263, 421 e 605). Logo, contudo, ficou claro que o Brasil se tornaria o principal exportador de cavalos para Angola.

No transporte de cavalos para Angola, obstáculos complexos foram superados. Na Senegâmbia, como demonstrado por Elbl (1991: 100), a taxa de mortalidade ainda na viagem era bastante alta. No caso de Angola, a pouca informação disponível sugere que a mortalidade girava em torno de 30 %, muito em função do pequeno tamanho dos navios usados no tráfico, como reconhecido pelo governador de Angola em 1717.[44] Em segundo lugar, assim como na África Ocidental, onde tinham expectativa média de vida de apenas dois anos, em Angola, os cavalos viviam pouco tempo (Law, 1980: 44; Cadornega, 1940, vol. 1: 395-396).

De qualquer forma, a crescente demanda (analisada mais a fundo na seção seguinte) fez com que Lisboa criasse incentivos para aumentar as importações. Na época, quase toda navegação para Angola era feita por navios que lá iam para levar escravos para o Brasil. Depois de carregados com escravos, tentavam zarpar o mais rápido possível, evitando atrasos que pudessem agravar as já elevadas taxas de mortalidade entre os cativos. Assim, definiu-se que os navios que trouxessem cavalos seriam beneficiados com uma licença preferencial que os permitiria retornar para o Brasil antes dos navios que não tivessem transportado cavalos para Angola.[45] Em si, a idéia de usar os navios do tráfico não constituía nenhuma novidade (Alencastro, 2000: 97). A novidade era a oferta de licenças preferenciais, que eram concedidas apenas aos navios que carregassem entre dois e quatro cavalos, dependendo da capacidade de carga.[46]

Na prática, este sistema privatizava o transporte de cavalos. Mas muito em virtude do controle que os governadores de Angola exerciam sobre o tráfico, beneficiando seus navios e seus associados em detrimento dos outros negociantes que traficavam em Luanda, o sistema parece ter claudicado. Para fazer "avançar" seus negócios, os governadores simplesmente não expediam as licenças preferenciais para os navios que traziam cavalos para Luanda. Assim, não surpreende que dez anos após a criação do sistema fossem gerais as reclamações.[47] Em Lisboa, o fracasso do sistema fez com que novas idéias fossem projetadas. Uma delas – que apostava na iniciativa privada e parece ter sido posta em prática apenas duas vezes – previa a concessão de títulos reais para indivíduos que enviassem cavalos para Luanda.[48]

Além disto, Lisboa introduziu uma modificação estrutural no sistema, permitindo que os governadores de Angola enviassem navios (expedições) ao Brasil para comprar cavalos. Neste sistema estatal de compra de cavalos, o objetivo era claro: dar maior capacidade ao governo de Luanda para fortalecer a cava-

laria em ocasiões de guerra. Assim, em geral, as expedições eram organizadas como parte dos preparativos de campanhas militares, como demonstrado por vários exemplos listados a seguir. Em 1671, antes da guerra contra o reino do Ndongo que levou à criação do presídio de Mpungo Ndongo, o então governador de Angola, Francisco Távora, enviou navios para o Brasil para obter cavalos antes mesmo de ser autorizado por Lisboa.[49] Na esteira da derrota militar em Mbaka, em 1681, Lisboa autorizou o governo de Luanda a enviar ao Brasil dois navios a serem carregados com cavalos.[50] Sinalizando a importância atribuída aos cavalos no contexto das guerras, o governo de Luanda planejou o início de uma guerra na Matamba em torno do retorno de navios enviados ao Brasil para adquirir cavalos, em 1689.[51] Três anos mais tarde, uma campanha militar contra o soberano Mbwila foi adiada até que a importação de cavalos fosse efetivada.[52]

No caso da campanha contra o Mbwila, que acabou sendo definitivamente cancelada, o objetivo era travar o crescente comércio entre os súditos do soberano africano e navios negreiros de várias nações européias (holandeses, franceses e ingleses) no litoral norte de Angola. Em parte atribuída ao pequeno tamanho da cavalaria, o cancelamento parece ter contribuído para mais uma tentativa de reestruturação do mecanismo de importação de cavalos. Desta vez, a opção seria pelo retorno das licenças preferenciais, mais uma vez apostando que, em troca de benefícios na saída de Luanda, os capitães dos navios negreiros trariam cavalos para Angola.[53] Mais uma vez, contudo, os interesses comerciais dos governadores de Angola acabaram por prevalecer, e muitos navios que cumpriam a legislação não recebiam as devidas preferências.[54] No final, o fracasso forçaria a coroa a tornar obrigatório o transporte de cavalos para Angola (Ribeiro, 1805: 95). Mais uma vez, contudo, o quadro teve pouca alteração.[55]

A situação só mudaria com o recrudescimento das operações militares em Benguela. Diante da necessidade de fortalecer suas tropas, o governo de Luanda embarcaria num verdadeiro esforço de guerra. Além de autorizar a compra direta de cavalos trazidos por navios negreiros, organizou várias expedições estatais para compra de cavalos no Brasil.[56] Numa das expedições, o vice-rei do Brasil recebeu ordens para contratar dois navios para levar cavalos para Angola.[57] Tal esforço fez com que o número de cavalos aumentasse de 40 para 120 entre 1726 e 1730.[58] E, mais importante, muitos dos cavalos foram enviados para os campos de batalha no sul de Angola.[59] As expedições só terminaram quando as guerras arrefeceram, em 1731.[60]

Cavalos e guerra

O uso de cavalos em operações militares em Angola tem sido objeto de divergência entre historiadores. Segundo Thornton (1982), uma das caracterís-

ticas da guerra angolana teria sido a ausência de cavalaria, algo que tornaria Angola singular em relação a regiões da África ocidental onde a cavalaria era um recurso vital das estratégias de guerra. Para Alencastro (2000: 248), no entanto, o uso de cavalos teria sido um traço vital da guerra angolana desde o final do século XVI. Na verdade, o uso militar de cavalos começou logo no início das guerras entre portugueses e africanos, no final do século XVI (Dias, 1933: 43-45; Brito, 1931: 41; Corrêa, 1937, vol. 1: 210, 212 e 220; Birmingham, 1966: 55 e 59; Alencastro, 2000: 83). Nas guerras contra a rainha Njinda, por exemplo, as forças do governo de Luanda rotineiramente se valeram de tropas montadas (Cadornega, 1940, vol. 1: 94, 130-133 e 524-525; Heintze, 1985: 255, 258, 260, 272, 325 e 332). Depois, durante a ocupação holandesa de Luanda, se recolheram para Massangano, mas usaram cavalos para entrar em Luanda e lutar contra os invasores.[61]

Na visão das autoridades, a principal vantagem do uso de cavalos vinha do suposto terror que estes animais produziam nos africanos. Tal visão é atestada por numerosos relatos do século XVII. Segundo o governador Fernão de Souza, o terror dos africanos em relação aos cavalos era tamanho que tornaria desnecessário o uso de arcabuzes pelas tropas governamentais.[62] Mais tarde, o ex-governador Francisco Vasconcellos da Cunha afirmou que "os africanos têm mais medo de 20 cavaleiros do que de duas companhias de infantaria", um argumento que seria depois repetido pelos moradores de Luanda.[63] Na visão destes, a eficácia de uma força de 20 cavaleiros era maior do que a eficácia de cem soldados de infantaria.[64] Até mesmo fora de Angola o suposto terror dos africanos aos cavalos tinha ressonância, como revelado pela petição de um administrador colonial lisboeta. Para ganhar um posto no Rio de Janeiro, prometeu levar 50 cavalos para Luanda, argumentando que "um cavaleiro é mais respeitado que 25 soldados de infantaria".[65] Diante de percepção tão generalizada, não surpreende que, no final do século XVII, o governador de Angola, Luiz Lobo da Silva, tenha dito que a tropa de cavalaria de Luanda deveria ser reforçada porque "infligia terror nos mais poderosos soberanos de Angola".[66]

O impacto psicológico do uso de cavalos é algo que não deve ser descartado. Na Senegâmbia, segundo James Webb (1993: 222), teria sido um fator importante nas estratégias de guerra. Em Angola, como povos Mbundo não tinham familiaridade com estes animais, a tese parece fazer sentido. O problema é que não faltam relatos indicando que os africanos não só entendiam perfeitamente a importância dos cavalos para as tropas do governo como também destemidamente os atacavam (Brásio, 1952-1988, vol. 4: 576; Cadornega, 1940, vol. 1: 387-388 e 399 e vol. 2: 157-159). Na década de 1630, por exemplo, o relato de Cadornega (1940, vol. 1: 365) mostra um cavaleiro germânico das forças governamentais sendo milagrosamente salvo por Kilambas da morte nas mãos de soldados da rainha Njinga.

Duas análises sobre estratégia militar, ambas de governadores de Angola, dão mais pistas sobre a reação dos africanos ao uso de cavalos pelas tropas de Luanda. Na análise do governador de Angola Antonio de Vasconcellos, a tese de que os africanos tinham pânico de cavalos não tinha fundamento. Segundo Vasconcellos, na verdade, a importância dos cavalos residiria na mobilidade que proporcionavam às forças governamentais: "A razão que os povos indígenas tinham medo de cavalos é porque eles sabem que ninguém consegue escapar dos cavaleiros".[67] Poucos anos mais tarde, o governador seguinte, Francisco de Souza Coutinho, emitiria opinião não muito diferente. Segundo Coutinho, "não é verdade que os negros pensam que os cavalos são bestas, já que eles sabem muito bem o que os cavalos são". Ainda segundo Coutinho, os africanos "temiam os cavalos somente quando eram montados por homens brancos porque sabem que não podem escapar".[68]

Parte da controvérsia sobre o real impacto dos cavalos vinha do reduzido tamanho das tropas montadas nas guerras. Embora o historiador Elias Alexandre da Silva Corrêa tenha afirmado que cavalarias com cerca de duzentos soldados (e cavalos) foram usadas na "conquista" de Angola, no início do século XVII, as cavalarias em geral não tinham mais que 20 ou 25 soldados. Assim, diferiam significativamente das cavalarias da África Ocidental e Senegâmbia, onde chegavam a centenas ou milhares (Law, 1980: 8-22 e 137; Elbl, 1991: 101; Webb, 1993: 231, 234 e 240; Thornton, 1999: 132-133). Dos muitos exemplos disponíveis, pode-se destacar os seguintes: na década de 1630, segundo Cadornega (1940, vol. 1: 395-396), apenas 16 cavalos, "que valiam por muitos mais", deram apoio a forças governamentais que lutavam contra o exército da rainha Njinga. No final do século XVIII, o próprio Elias Alexandre da Silva Corrêa (1937, vol. 2: 52) afirmou que "10, 15 ou 30 cavalos eram suficientes para derrotar os inimigos africanos". Em 1744, na única campanha militar de vulto no *hinterland* de Luanda, os cavaleiros lutando contra o reino de Matamba eram apenas 22.[69] No final do século XVIII, um ataque de forças governamentais contra o soberano do Mussulo envolveu apenas dez cavaleiros.[70]

À primeira vista, o pequeno número sugere que os cavaleiros eram usados apenas em tarefas secundárias. De fato, cumpriam várias tarefas não relacionadas a combates diretos, incluindo comunicação entre os comandantes militares e o poder político em Luanda, patrulhamento, missões de reconhecimento e a marcha da guerra preta no campo de batalha. Por exemplo, durante as lutas entre Luanda e a rainha Njinga na década de 1620, uma tropa de cavalaria foi despachada para Luanda para negociar uma possível trégua com a rainha (Cadornega, 1940, vol. 1: 134-136). Contrariando a visão de Thornton (1992: 368), que afirma que apenas os soldados da *guerra preta* eram usados como sapadores, soldados de cavalaria foram também empregados em tais tarefas (Cadornega, 1940, vol. 1: 350, 390, 402, e vol. 2: 93-94; Corrêa, 1937, vol. 2: 57). Os soldados monta-

dos também foram úteis nas missões para encontrar suprimentos para as tropas, assim como no recrutamento de soldados da *guerra preta*.[71]

Mas além das tarefas mencionadas acima, soldados a cavalo cumpriam outras tarefas que os faziam vitais para as tropas governamentais. Por exemplo, preveniam defecções entre os soldados da *guerra preta*. Em geral, a *guerra preta* abandonava os exércitos logo no início das campanhas, que em geral duravam meses, ou na iminência ou depois de batalhas importantes. Nos dois últimos casos, acarretavam pesadas perdas para as tropas de infantaria. Assim, para evitar deserções, os comandantes posicionavam os cavaleiros no início ou atrás das fileiras das tropas, desta forma maximizando a visibilidade e diminuindo as chances de defecções (Cadornega, 1940, vol. 1: 395-396 e 402). Ademais, em caso de derrota e debandada das tropas governamentais, cabia à cavalaria proporcionar cobertura para as tropas de infantaria, já que estas usavam armamento militar pesado e tinham dificuldades para se retirar rapidamente do campo de batalha.[72]

Mas o aspecto mais decisivo eram as forças-tarefa que as tropas montadas desempenhavam com soldados da *guerra preta*, principalmente nos ataques diretos a forças adversárias. Estas operações foram "testadas" nas guerras entre o governo de Luanda e as forças da rainha Njinga, no início do século XVII (Cadornega, 1940, vol. 1: 59). Depois, como demonstrado por vários outros exemplos, se tornariam parte integrante da estratégia militar portuguesa. Na década de 1620, por exemplo, quando soberanos africanos se revoltaram em Mbaka, soldados de cavalaria acompanharam a *guerra preta* na expedição para reprimir a revolta (Cadornega, 1940, vol. 1: 89). Nas guerras contra a Njinga, soldados a cavalo participaram em operações de resgate de soldados de infantaria encurralados pelos inimigos (Cadornega, 1940, vol. 1: 130-133 e 408-409). Durante a invasão holandesa, soldados da *guerra preta* e soldados a cavalo lutaram juntos pelo menos uma vez contra os holandeses e seus aliados africanos (Cadornega, 1940, vol. 1: 292).

As ações conjuntas entre soldados a cavalo e *guerra preta* eram semelhantes a estratégias de guerra em outras partes da África, onde soldados a cavalo e soldados de infantaria costumeiramente cumpriam tarefas complementares. Na Nigéria, segundo Law (1975: 7 e 1976: 120), "os cavaleiros normalmente operavam em conjunto com a infantaria, a infantaria atacando primeiro e a cavalaria sendo usada apenas após a infantaria ter causado desordem entre os inimigos". Na Senegâmbia, Webb (1993: 222) diz que "embora os cavalos não tenham figurado como força de assalto em conflitos de larga escala entre Estados, as cavalarias atuavam como força de ataque após as forças inimigas terem sido dispersas". Para ser efetiva, ainda segundo Law (1980: 138), esta estratégia não requeria um número grande de soldados a cavalo, o que era o caso de Angola. Assim, não sur-

preende que, no contexto das guerras angolanas, onde cavaleiros também atuavam em consonância com a infantaria (neste caso, *guerra preta*), os comandantes dos cavaleiros fossem às vezes aqueles que tinham a incumbência de comandar a guerra preta.[73]

Conclusão

Nos "socorros" brasileiros residia uma das muitas facetas das relações entre Angola e Brasil. Embora fundamentalmente baseadas no tráfico de escravos – Angola foi a origem da maior parte dos cativos trazidos para o Brasil –, tais relações tinham várias dimensões e não se esgotavam simplesmente no comércio. Na dimensão militar, fica claro não só que as guerras angolanas foram influenciadas por fatores externos, mas também que tais fatores – soldados e cavalos brasileiros – contribuíram para o processo de adaptação de técnicas de guerra ao contexto africano. Neste estilo de guerra "tropical", os poucos soldados profissionais – em geral na infantaria – atuavam como força avançada e complementar à *guerra preta*. Da mesma forma, embora fossem poucos se comparados às cavalarias em outras partes da África, a principal função das tropas a cavalo demonstra claramente seu caráter complementar. Tanto quanto os soldados e recrutas "brasileiros", as principais atividades ofensivas dessas forças eram acopladas à *guerra preta*.

Notas

1. Conquista das Pedras Negras em 29 de novembro de 1671 (apud Brásio, 1952-1988, vol. 13: 143-152).

2. Papel de Salvador de Sá, escrito em torno de 1672, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Angola, cx. 10, doc. 71.

3. Consulta do Conselho da Fazenda em 30 de março de 1649, AHU, cx. 5, doc. 13; CGA em 13 de maio de 1662, AHU, Angola, cx. 7, doc. 63; CCU em 23 de abril de 1675, AHU, cód. 554, fls. 9v.-10; CCU em 24 de janeiro de 1688, AHU, cód. 554, fls. 52-52v.

4. Aqueles que não eram recrutados localmente chegavam a Luanda a cada três anos na guarda de escolta dos governadores de Angola. Assim que desembarcavam em Luanda, cerimônias em que o poderio bélico das tropas era demonstrado eram organizadas, reforçando a autoridade dos governadores. Ver CCU em 16 de setembro de 1681, AHU, cód. 17, fls. 354-354v.; CCU em 22 de fevereiro de 1689, AHU, Angola, cx. 12, doc. 7. Numa dessas cerimônias, a rainha Njinga enviou um emissário para avaliar o número de soldados recém-chegados com

o governador Pedro Cesar de Menezes (Cadornega, 1940, vol. 1: 209; Birmingham, 1966: 102).

5. CCU em 19 de julho de 1675, AHU, cód. 554, fls. 12v.-13.

6. CGA em 18 de março de 1682, AHU, Angola, cx. 12, doc. 72.

7. Nomes dos Soldados a quem se assentou praça (escrita em torno de 1735), AHU, Angola, cx. 29, doc. 79; Ordem do Conselho Ultramarino em 6 de dezembro de 1735, AHU, Angola, cx. 29, doc. 80; CCU em 28 de novembro de 1736, AHU, Angola, cx. 29, doc. 79; Lista de Recrutas (escrito em torno de 1742), AHU, Angola, cx. 33, doc. 24; Carta Régia em 21 de agosto de 1737, AHU, cód. 546, fl. 100v. Para o caso "brasileiro", ver Puntoni (2000).

8. CGA em 22 de maio de 1759, AHU, Angola, cx. 42, doc. 65; Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHNA), cód. 12289, fls. 3v.-4v.; AHU, Angola, cx. 33, doc. 24.

9. Cópia de CGA em 15 de junho de 1800, AHNA, cód. 516, fl. 178v.; Ofício do Governador de Benguela em 17 de agosto de 1800, AHNA, cód. 442, fls. 123v.-129. Coates (2001: 66).

10. CCU em 19 de julho de 1675, AHU, cód. 554, fls. 12v.-13. 11. Assim, quando o governador Ayres de Saldanha chegou a Luanda, em 1675, os duzentos soldados da sua escolta tinham promessa de só ficar em Angola até seis anos. Ver CCU em 17 de maio de 1675, AHU, Angola, cx. 11, doc. 40; CCU em 13 de abril de 1673, AHU, cód. 17, fl. 92; CCU em 19 de julho de 1675, AHU, cód. 554, fls. 12v.-13.12. Num meio-termo, houve um acordo para que soldados casados só servissem quatro anos e então retornassem a Lisboa. Ver CCU em 22 de maio de 1683, AHU, Angola, cx. 12, doc. 106; Provisão do Conselho Ultramarino em 20 de agosto de 1683, AHU, Angola, cx. 12, doc. 106. Apenas em 1716 a coroa portuguesa finalmente concordou com o limite de seis anos para serviço militar, mas mesmo então dúvidas persistiram sobre a efetiva aplicação da legislação pelas autoridades locais em Angola. CCU em 17 de setembro de 1716, AHU, cód. 21, fls. 171-171v.; CCU em 19 de setembro de 1716, AHU, Angola, cx. 20, doc. 39; Carta Régia em 6 de outubro de 1716, AHU, cód. 545, fl. 187; Registro de Alvará Régio em 26 de outubro de 1716, BML, cód. 12, fls. 275-276v. e BNRJ, doc. I-12, 3, 31, fl. 15; CCU em 9 de novembro de 1720, AHU, 907, fls. 91v.-92; Ver Delgado (1968, vol. 4: 371) e Coates (2001: 67).

13. CCU em 8 de outubro de 1685, AHU, Angola, cx. 13, doc. 9; CCU em 13 de fevereiro de 1691, AHU, Angola, cx. 14, doc. 48. Delgado (1968, vol. 4: 227).

14. CCU em 23 de abril de 1675, AHU, cód. 554, fls. 9v.-10.

15. CCU em 4 de fevereiro de 1704, AHU, Angola, cx. 17, doc. 20; Carta Régia em 10 de fevereiro de 1704, AHU, cód. 545, fl. 142; CCU em 4 de fevereiro de 1704, AHU, Angola, cx. 17, doc. 20; Carta Régia em 10 de fevereiro de 1704, AHU, cód. 545, fl. 142.

16. CGA em 28 de julho de 1749, AHU, Angola, cx. 36, doc. 98; AHNA, cód. 2, fls. 23-23v.

17. Biblioteca Municipal de Luanda (BML), cód. 16, fls. 86-108.

18. Ofício do Governador de Angola em 30 de junho de 1765, AHU, Angola, cx. 49, doc. 39.

19. Relação dos Oficiais do Regimento de Infantaria de Luanda em 22 de maio de 1781, AHU, Angola, cx. 64, doc. 22.

20. CCU em 22 de maio de 1683, AHU, Angola, cx. 12, doc. 106; CGA em 30 de janeiro de 1692, AHU, Angola, cx. 14, doc. 79.

21. Carta Régia em 23 de fevereiro de 1707, AHU, cód. 545, fl. 161. Cadornega

(1940, vol. 1: 529), Alencastro (2000: 293).

22. Carta Régia em 16 de setembro de 1735, AHU, cód. 546, fl. 92; Ofício do Governador de Angola em 12 de junho de 1784, AHU, Angola, cx. 69, doc. 9. Delgado (1968, vol. 4: 206). Foi baseado nesta crença que Salvador Corrêa de Sá pressionou – em vão – pelo recrutamento de alentejanos, em 1675. Ver CCU em 19 de julho de 1675, AHU, cód. 554, fls. 12v.-13.

23. Livro de Batismo da Paróquia dos Remédios, 1720-1735, Arquivo do Bispado de Luanda (ABL).

24. CCU em 27 de setembro de 1660, AHU, Angola, cx. 7, doc. 9; CGA em 13 de maio de 1662, AHU, Angola, cx. 7, doc. 63; Informação sobre o Reino de Angola em 9 de novembro de 1690, AHU, Angola, cx. 14, doc. 40.

25. CGA em 25 de junho de 1733, AHU, Angola, cx. 27, doc. 94; CGA em 20 de março de 1735, AHU, Angola, cx. 28, doc. 16; Carta Régia em 16 de setembro de 1735, AHU, cód. 546, fl. 92; CCU em 28 de novembro de 1736, AHU, Angola, cx. 29, doc. 79; CGA em 9 de outubro de 1736, AHU, Pernambuco, cx. 54, doc. 4709. Delgado (1968, vol. 4: 358).

26. CGA em 13 de maio de 1662, AHU, Angola, cx. 7, doc. 63. Cadornega (1940, vol. 2: 139) e Alencastro (2000: 275).

27. CGA em 13 de maio de 1662, AHU, Angola, cx. 7, doc. 63; CCU em 1º de outubro de 1663, AHU, cód. 16, fls. 94-94v.; CCU em 24 de novembro de 1664, AHU, cód. 16, fl. 138v.; Carta do Governador de Pernambuco em 7 de maio de 1667, AHU, Pernambuco, cx. 9, doc. 99. Ver também Cadornega (1940, vol. 2: 2000; Alencastro, 2000: 261 e 288).

28. CCU em 15 de outubro de 1663, AHU, Angola, cx. 8, doc. 33; Provisão do Conselho Ultramarino em 12 de novembro de 1663, AHU, cód. 92, fl. 366; Petição de Diego Lopes Lerga em 16 de novembro de 1663, AHU, Angola, cx. 7, doc. 110; Petição de Antonio Alvarez Coutinho em 16 de novembro de 1663, AHU, Angola, cx. 7, doc. 111; Provisão do Conselho Ultramarino em 20 novembro de 1663, AHU, cód. 92, fl. 363v. Carta de André Vidal de Negreiros em 28 de junho de 1664, AHU, Angola, cx. 8, doc. 18; CCU em 24 de novembro de 1664, AHU, cód. 16, fl. 138v.; CCU em 28 de novembro de 1664, AHU, cód. 16, fl. 141; CCU em 20 de março de 1665, AHU, cód. 16, fls. 158v.-159.

29. Aqui, os números são divergentes. Segundo Cadornega (1940, vol.2: 204-205), o número de soldados "brasileiros" em Mbwila teria chegado a trezentos. No final do século XVIII, o historiador Elias Alexandre da Silva Corrêa (1937, vol. 1: 280) estimou tal número em 360. Nas análises mais recentes, a divergência continua. Para Birmingham (1966: 122), teriam sido duzentos soldados, mas Alencastro calcula o número em 450. Numa das versões sobre a morte do rei do Kongo, informa-se que o ataque que lhe teria tirado a vida teria sido desferido por soldados de Pernambuco (Boxer, 1960: 8-9; Alencastro, 2000: 296-297). Na primeira versão, o rei do Kongo teria sido morto por Luiz Lopes Sequeira, o comandante das tropas "coloniais" nascido em Luanda (Dias, 1942: 44). A impressão causada por estes soldados foi tamanha que Negreiros enviou um navio a Pernambuco para buscar mais soldados. Ver Carta do Governador de Pernambuco em 8 de maio de 1666, AHU, Pernambuco, cx. 8, doc. 791.

30. Carta do Provedor da Fazenda Real de Pernambuco em 31 de maio de 1671, AHU, Pernambuco, cx. 10, doc. 916; CCU em 26 de junho de 1671, AHU, Pernambuco, cx. 10, doc. 939; CCU em 9 de fevereiro de 1672, AHU, cód. 17,

fls. 35-35v. CCU em 23 de agosto de 1672, AHU, cód. 17, fl. 59; CGA em 31 de março de 1672, AHU, Angola, cx. 10, doc. 67; CCU em 1º de dezembro de 1672, AHU, cód. 17, fls. 58v.-59. Cadornega (1940, vol. 2: 299).

31. CCU em 22 de fevereiro de 1680, AHU, Angola, cx. 12, doc. 7; CGA em 18 de março de 1682, AHU, Angola, cx. 12, doc. 71.

32. CCU em 11 de setembro de 1683, AHU, cód. 554, fl. 36v.; AHU, Angola, cx. 12, doc. 110.

33. CGA em 1726, AHNA, cód. 1, fls. 1v.-2; Carta Régia em 1728, AHNA, cód. 1, fls. 21v.-22; Carta Régia em 28 de fevereiro 1729, AHU, cód. 545, fls. 10-10v. Ver também Delgado (1968, vol. 4: 279).

34. CGA em 21 de junho de 1726, AHU, Angola, cx. 24, doc. 42; Carta Régia em 25 de junho de 1726, AHU, Angola, cx. 23, doc. 97. Delgado (1968, vol. 4: 335), Coates (2001: 66).

35. CGA em 10 de junho de 1726, AHNA, cód. 1, fl. 4; CGA em 21 de junho de 1726, AHU, Angola, cx. 24, doc. 42; CGA em 3 de abril de 1727, AHU, Angola, cx. 23, doc. 97; Carta do Conselho Ultramarino em março de AHNA, cód. 1, fls. 13-13v.; Carta Régia em 25 de junho de 1726, AHU, Angola, cx. 23, doc. 97.

36. CGA em 10 de junho de 1726, AHU, Angola, cx. 23, doc. 42; Carta Régia em 25 de junho de 1726, AHU, Angola, cx. 23, doc. 97; AHU, cód. 546, fls. 3v.-4; Carta do Conselho Ultramarino em março, AHNA, cód. 1, fls. 13-13v.

37. CGA em 12 de abril de 1730, AHNA, cód. 1, fls. 92v.-93.

38. Carta Régia em 27 de maio de 1729, AHNA, cód. 1, fls. 87v.-88; AHU, Angola, cx. 24, doc. 132; AHU, cód. 546, fl. 37v.; CGA em 20 de dezembro de 1729, AHNA, cód. 1, fls. 87v.-88; CGA em 20 de dezembro de 1729, AHU, Angola, cx. 24, doc. 132. Delgado (1968: vol. 4, 335).

39. CGA em 27 de outubro de 1728, AHNA, cód. 1, fls. 48v.-49; CGA em 19 de novembro de 1729, AHNA, cód. 1, fls. 94v.-95v.; CGA em 20 de dezembro de 1729, AHNA, cód. 1, fls. 94v.-95; CGA em 12 de abril de 1730, AHNA, cód. 1, fls. 92v.-93.

40. CGA em 13 de abril de 1730, AHU, Angola, cx. 25, doc. 18.

41. Provisão Régia em 5 de junho de 1731, AHU, Pernambuco, cx. 41, doc. 3719.

42. CCU em 13 de dezembro de 1666, AHU, Angola, cx. 9, doc. 75; CCU em 23 de abril de 1675, AHU, cód. 554, fls. 9v.-10.

43. CCU em maio de 1683, AHU, Angola, cx. 12, doc. 106.

44. CGA em 28 de abril de 1717, AHU, Angola, cx. 20, doc. 65. Para mais informação sobre a relação entre tamanho de navios negreiros e transporte de cavalos, ver CGA em 6 de fevereiro de 1728, AHNA, cód. 1, fls. 38v.40; CGA em 26 de fevereiro de 1728, AHNA, cód. 1, fls. 40v.-41v.; Carta Régia em 17 de março de 1755, AHNA, cód. 285, fls. 76v.-77v.

45. Papel de Bartolomeu Bulhão em 14 de janeiro de 1655, AHU, Angola, cx. 6, doc. 29; CCU em 3 de março de 1655, AHU, cód. 15, fls. 150-151.

46. Papel de Bartolomeu Bulhão em 14 de janeiro de 1655, AHU, Angola, cx. 6, doc. 29; CCU em 3 de março de 1655, AHU, cód. 15, fls. 150-151.

47. CCU em 11 de outubro de 1664, AHU, Angola, cx. 9, doc. 49; Provisão do Conselho Ultramarino em 6 de novembro de 1664, AHU, cód. 92, fl. 375v.

48. CCU em 25 de agosto de 1674, AHU, cód. 47, fls. 356-357; Requerimento de Thomé Souza Correia em 9 de março de 1675, AHU, Rio de Janeiro, CA, 1326; CCU em 17 de março de 1677, AHU, Angola, cx. 11, doc. 81.

49. CCU em 12 de fevereiro de 1672, AHU, cód. 17, fls. 28v.-29; AHU, Angola, cx. 10, doc. 60; Carta Régia para o Governador de Angola em 26 de fevereiro de 1672, AHNA, cód. 285, fl. 20v.

50. CCU em 11 de setembro de 1683, AHU, cód. 554, fl. 36v.; AHU, Angola, cx. 12, doc. 110; Provisão do Conselho Ultramarino em 20 de agosto de 1683, AHU, Angola, cx. 12, doc. 106; CCU em 14 de dezembro de 1683, AHU, Angola, cx. 12, doc. 117; Carta Régia para o Governador de Angola em 4 de fevereiro de 1684, AHU, cód. 545, fl. 29v.; CCU em 27 de outubro de 1684, AHU, Angola, cx. 12, doc. 157; Carta Régia em 9 de novembro de 1685, AHU, cód. 545, fl. 34.

51. CGA em 14 de janeiro de 1689, AHU, Angola, cx. 13, doc. 102.

52. Exposição em 10 de fevereiro de 1692, AHU, Angola, cx. 14, doc. 89.

53. Reformado, o sistema tinha agora menos ônus. Navios com capacidade para carregar entre duzentos e trezentos escravos deveriam trazer apenas um cavalo. Navios com capacidade maior de carga deveriam transportar dois cavalos. Ver CCU em 2 de setembro de 1699, AHU, Angola, cx. 15, doc. 113; Carta Régia em 17 de setembro de 1699, AHU, cód. 545, fl. 118v.; CCU em 27 de março de 1702, AHU, cód. 554, fl. 106; Carta Régia em 31 de março de 1702, AHU, cód. 545, fls. 129v.-130; Informação do Governador Interino em 24 de dezembro de 1751, AHNA, cód. 2, fls. 67-69v.

54. Freqüentemente, navios que cumpriam as regras não recebiam as preferências prometidas. Ver Carta Régia em 14 de fevereiro de 1699, AHU, cód. 545, fl. 116v.; CCU em 22 de fevereiro de 1703, AHU, Angola, cx. 17, doc. 80; CCU em 27 de agosto de 1704, AHU, cód. 554, fl. 113v.; Carta Régia em 26 de fevereiro de 1705, cód. 545, fl. 150.

55. Em 1720, por exemplo, apenas quatro cavalos foram desembarcados em Luanda – todos vindos da Bahia. No ano seguinte, apesar dos esforços do governador do Rio de Janeiro, apenas um cavalo foi embarcado daquela cidade para Luanda. Ver Carta do Governador do Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1722, AHU, Rio de Janeiro, cx. 12, doc. 1371. Entre 1722 e 1726, apenas dois cavalos foram transportados para Luanda. Ver Carta Régia em 3 de agosto de 1726, AHU, cód. 546, fl. 8v.

56. Carta do Ouvidor Geral de Angola em 3 de maio de 1730, AHU, Angola, cx. 25, doc. 25.

57. CCU em 8 de março de 1726, AHU, cód. 22, fls. 195-195v.; AHU, Angola, cx. 23, doc. 35; Carta do Vice-Rei do Brasil em 2 de dezembro de 1727, AHNA, cód. 1, fl. 79v.

58. CGA em 21 de junho de 1726, AHU, Angola, cx. 24, doc. 42; Carta Régia em 3 de agosto de 1726, AHU, Angola, cx. 23, doc. 96; CGA em 26 de setembro de 1727, AHU, Angola, cx. 23, doc. 124; Carta do Vice-Rei da Bahia em 2 de dezembro de 1727, AHNA, cód. 1, fl. 79v.; CGA em 16 de fevereiro de 1828, AHN, cód. 1, fls. 38v.-40; Carta do Governador de Angola em 26 de fevereiro de 1728, AHNA, cód. 1, fls. 40v.-41v.; CGA em 12 de março de 1729, AHNA, cód.1, fl. 58v.; Carta do Conselho Ultramarino em 27 de maio de 1729, AHNA, cód. 1, fls. 87v.-88; CGA em 1729, AHNA, cód. 1, fl. 65; CGA em 13 de abril de 1730, AHU, Angola, cx. 25, doc. 18.

59. CGA em 30 de abril de 1728, AHNA, cód. 1, fls. 110v.-111v.

60. Carta Régia em 17 de maio de 1731, AHU, Angola, cx. 27, doc. 92.

61. Cadornega (1940, vol. 1: 245-246, 261, 271, 273 e 302); CGA em 9 de março de 1943 (apud Brásio, 1952-1988, vol. 9: 28-30); CCU em 7 de julho de 1644, AHU, cód. 13, fls. 92v.-94; Patente do Capitão Tomas Borges Madureira em 18 de setembro de 1648 (apud Arquivos de Angola, 1943-1944: 185-186). Da parte dos holandeses, cavalos foram também usados. Ver Cadornega (1940, v. 1: 292). Ainda durante a invasão holandesa, pelo menos duas das três expedições enviadas do Brasil para expulsar os holandeses levaram cavalos. Ver Relação da Viagem do Capitão António Teixeira de Mendonça e Sargento Mor Domingos Lopes de Sequeira in 1645 (apud Arquivos de Angola, setembro-março: 135-137).

62. Relatório do Governador Fernão de Sousa, *undated but written between* 1625 e 1630 (apud Heintze, 1985: 271).

63. Relatório de Francisco Vasconcellos da Cunha em 11 de fevereiro de 1655, AHU, Angola, cx. 6, doc. 29.

64. CCU em 11 de outubro de 1664, AHU, Angola, cx. 9, doc. 49; Provisão do Conselho Ultramarino em 6 de novembro de 1664, AHU, cód. 92, fl. 375v.

65. CCU em 25 de agosto de 1674, AHU, cód. 47, fls. 356-357.

66. CCU em 22 de maio de 1683, AHU, Angola, cx. 12, doc. 106.

67. Carta do Governador em 26 de janeiro de 1759, AHU, Angola, cx. 42, doc. 22.

68. Ofício do Governador de Angola em 13 de julho de 1766, AHNA, cód. 3, fl. 183v.-184v. e AHU, Angola, cx. 50, doc. 23.

69. CGA em 15 de julho de 1744, AHU, Angola, cx. 34, doc. 26.

70. Certidão em 8 de agosto de 1790, AHU, Angola, cx. 76.

71. Certidão de Alexandre José Botelho em 15 de janeiro de 1785, AHU, Angola, cx. 70, doc. 4; Cadornega (1940, vol. 1: p. 350).

72. CCU em 12 de fevereiro de 1672, AHU, cód. 17, fls. 28v.-29 e AHU, Angola, cx. 10, doc. 60; Carta Régia para o Governador de Angola em 26 de fevereiro de 1672, AHNA, cód. 285, fl. 20v.

73. CCU em 12 dezembro de 1698, AHU, cód. 19, fls. 103v.-104.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 2000. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo, Companhia das Letras.

BIRMINGHAM, David. 1966. *Trade and conflict in Angola: the Mbundu and their neighbors under the influence of the Portuguese, 1483-1790.* Oxford, Clarendon.

BOXER, Charles. 1952. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686.* London, University of London.

———. 1960. *Uma relação inédita e contemporânea da Batalha de Ambuíla em 1665.* Luanda, Separata do Museu de Angola.

BRÁSIO, António. 1952-1988. *Monumenta Missionária Africana.* Lisboa, Agência Geral do Ultramar, vols. 1-15.

BRITO, Domingos de Abreu. 1931. *Um inquérito à vida administrativa e econômica de Angola e do Brasil em fins do século XVI (segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa).* Coimbra, Imprensa da Universidade.

CADORNEGA, António de Oliveira. 1940. *História geral das guerras angolanas.* Lisboa, Agência Geral das Colônias.

COATES, Timothy. 2001. *Convicts and orphans: forced and state-sponsored colonizers in the Portuguese empire, 1550-1755.* Stanford, Stanford University.

CORRKA, Elias Alexandre da Silva. 1937. *História de Angola.* Lisboa, Ática.

DELGADO, Ralph. 1968. *História de Angola.* Luanda, Banco de Angola.

DIAS, Gastão de Souza. 1942. *A Batalha de Ambuíla.* Lisboa, Museu de Angola.

———. 1993. *Relação de Angola (primórdios da ocupação portuguesa).* Luanda, Junta da Educação Nacional.

ELBL, Ivana. 1991. "The horse in fifteenth-century Senegambia". *International Journal of African Historical Studies*, vol. 24, n. 1.

HEINTZE, Beatriz. 1985. *Fontes para a história de Angola no século XVII.* Wiesbaden, Steiner.

KEA, Ray. 1982. *Settlements, trade, and polities in the seventeenth-century Gold Coast.* Baltimore, Johns Hopkins University.

LAW, Robin. 1975. "A West African cavalry state: the Kingdom of Oyo". *Journal of African History*, n. 1.

———. 1976. "Horses, firearms, and political power in pre-colonial West Africa". *Past and Present*, n. 72.

———. 1980. *The horse in West African history.* Oxford, Oxford University.

———. 2000. "Warfare on the West Africa Slave Coast", em FERGUSON, Brian & WHITEHEAD, Neil. *War in the tribal zone: expanding states and indigenous warfare.* New York, School of American Research.

MONTECÚCCOLO, António Cavazzi de. 1965. *Descrição histórica dos três reinos: Congo, Matamba e Angola.* Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 2 vols.

MILHEIROS, Mário. 1970. *Documentos avulsos sobre a Câmara Municipal de Luanda.* Luanda, Câmara Municipal de Luanda.

PUNTONI, Pedro. 2000. *Guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.* São Paulo, Hucitec.

———. 2004. "A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América Portuguesa (1550-1700)", em CASTRO, Celso, IZECKSON, Victor & KRAY, Hendrik. *Nova história militar "brasileira".* Rio de Janeiro, Bom Texto.

RIBEIRO, João Pedro. 1805. *Indice chronologico remissivo da legislação portugueza posterior a publicação do código filipino com um appendice. Parte II (desde o princípio do reinado do senhor D. José I até o fim do ano de 1804).* Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

WEBB, James. 1984. *Shifting sands: an economic history of Mauritanian Sahara,*

1500-1800. Johns Hopkins University (PhD Dissertation).

———. 1993. "The horse and slave trade between the Western Sahara and Senegambia". *Journal of African History*, vol. 34, n. 2.

THORNTON, John. 1982. "Art of war in Angola". *Comparative studies in society and history*, vol. 1, n. 1.

———. 1991. "Legitimacy and political power: Queen Njinga, 1624-1663". *Journal of African History*, vol. 32, n. 1.

———. 1999. "Warfare, slave trading and European influence: Atlantic Africa, 1450-1800", em BLACK, Jeremy (ed.). *War in the early modern world.* London, UCL.

———. 2000. *Warfare in Atlantic history.* London, UCL.

Resumo

Este texto trata das relações militares entre Angola e Brasil nos séculos XVII e XVIII. Devido às dificuldades de recrutamento de tropas para forças regulares, Angola dependeu de reforços militares de Portugal e do Brasil. O grosso das tropas que lutavam em prol do governo de Luanda era formado por forças locais, recrutadas por aliados africanos, mas o envio de reforços externos foi uma constante. Além de soldados, o auxílio militar ocorreu na forma do envio de cavalos, para atuar em consonância com as tropas recrutadas localmente – a *guerra preta*. Para incentivar o fluxo de cavalos do Brasil para Angola, a coroa portuguesa se valeu de vários mecanismos, incluindo expedições estatais e licenças especiais para a saída de navios negreiros de Luanda.

Palavras-chave: Angola, Brasil, estratégia de guerra, recrutamento militar, cavalaria, história atlântica

Abstract

This article examines military aid sent from Brazil to Angola in the seventeenth and eighteenth centuries. Although most of the troops fighting on behalf of the Portuguese government in Luanda were soldiers recruited by local African allies, Angola still depended on military aid from Portugal and Brazil to fully maintain its regular army. In addition to soldiers, military aid was also received in the form of horses, which were deployed in small cavalry units that fought alongside soldiers recruited locally – *guerra preta*. To boost the flow of horses from Brasil to Angola, the Portuguese kings relied on several mechanisms, including state-sponsored expeditions and preferential licenses awarded to slave ships that brought horses into Luanda.

Key words: Angola, Brazil, war strategy, military recruitment, cavalry, atlantic history

Résumé
Cet article analyse l'aide militaire envoyée par le Brésil à l'Angola pendant le 17ème et le 18ème siècles. Bien que les troupes qui combattaient au nom du gouvernement portuguais à Luanda étaient composées de soldats recrutés par les alliés africains locaux, l'Angola dépendait quand même de l'aide militaire du Portugal et du Brésil pour pouvoir maintenir son armée régulière. L'aide militaire, en plus de l'apport de soldats, comprenait également des chevaux, qui étaient déployés dans de petites unités de cavalerie combattant avec les soldats recrutés localement – *guerra preta*. Dans le but d'augmenter le flux des chevaux entre le Brésil et l'Angola, la couronne portuguaise comptait sur plusieurs mécanismes, comme les expéditions sponsorisées par l'Etat et les autorisations spéciales qui étaient délivrées aux bateaux transportant des esclaves quand ils transportaient également des chevaux.
Mots-clés: Angola, Brésil, stratégie de guerre, recrutement militaire, cavalerie, histoire atlantique